

DECRETO Nº 4.636, DE 24 DE JANEIRO DE 2022

Regulamenta o inciso VIII, do art. 53, da Lei Complementar nº 105, de 9 de março de 2016, que institui o Código de Obras e Edificações do Município de São José dos Pinhais, quanto aos procedimentos para emissão de Alvará de Autorização para instalação de estações de telecomunicações, transmissoras, repetidoras ou reforçadoras de sinais de radiofrequência.

A Prefeita Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, de acordo com o Memorando nº 489/2021, da Secretaria Municipal de Urbanismo, e

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 105, de 9 de março de 2016, e alterações, que institui o Código de Obras e Edificações do Município de São José dos Pinhais, estabelece em seu Art. 51 a classificação dos tipos de licença de obras;

CONSIDERANDO que entre os tipos de licença de obras está o Alvará de Autorização (Lei Complementar nº 105/2016, art. 51, V);

CONSIDERANDO que o Alvará de Autorização é o documento emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo que autoriza a execução de obra sem caráter precário (Lei Complementar nº 105/2016, art. 51, V);

CONSIDERANDO que as estações de telecomunicações, transmissoras, repetidoras ou reforçadoras de sinais de radiofrequência não são obras de construção civil;

CONSIDERANDO que o Município de São José dos Pinhais necessita adequar sua legislação e a infraestrutura de telecomunicações em seu território para receber serviços de telefonia móvel e transmissão de dados em 4G e 5G;

CONSIDERANDO que o Município tem a obrigação de incentivar a chegada de novas tecnologias de telefonia móvel e de acesso à internet;

CONSIDERANDO que um ambiente favorável à economia digital contribui para o desenvolvimento socioeconômico de todo o Município.

D E C R E T A:

Art. 1º Alvará de Autorização é o documento emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo que autoriza a execução de obra sem caráter precário.

Parágrafo único. A instalação de estações de telecomunicações, transmissoras, repetidoras ou reforçadoras de sinais de radiofrequência é obra que, apesar de poder ser removida, não tem caráter precário.

Art. 2º O Alvará de Autorização para instalação de estações de telecomunicações, transmissoras, repetidoras ou reforçadoras de sinais de radiofrequência deverá ser solicitado por meio de requerimento próprio, protocolado e endereçado à Secretaria Municipal de Urbanismo, ou por meio de sistema on-line quando disponível, instruído com os seguintes documentos:

I - planta de situação e de implantação e, ao menos, um corte e uma elevação das instalações do equipamento, delimitando a área ocupada pela estação em conformidade à posse legal;

II - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do profissional responsável;

III - registro de imóveis atualizado, com no máximo 90 (noventa) dias;

IV - quando o proprietário ou possuidor legal for pessoa jurídica, documento de constituição e suas alterações se houver – ou sua última consolidação e alterações posteriores – registrados no órgão competente e outros documentos que qualifiquem e autorizem os representantes legais a praticar atos jurídicos em seu nome – caso não esteja definido no documento de constituição;

V - prova de posse legal da área a ser utilizada e/ou autorização do proprietário do imóvel e/ou contrato legal de locação, devendo, no caso de mais de um proprietário, apresentar anuência de todos para a instalação da estação;

VI - no caso de condomínios, ata de reunião dos condôminos, registrada em cartório, em que conste anuência para a instalação da estação;

VII - memorial descritivo das instalações, constando as medidas de segurança a serem adotadas para garantir a proteção à vida humana e às edificações vizinhas;

VIII - consulta amarela com selo digital;

IX - fotos coloridas e datadas do local da instalação (mínimo três) em tamanho A5;

X - anuência do CMPDU;

XI - autorização do DECEA – Cindacta II;

XII - declaração de recolhimento de taxa de ISS e cadastro do responsável técnico pela execução da obra junto à Secretaria Municipal de Finanças;

XIII - taxa de aprovação do projeto, no valor de 30 VRM, quitada.

Art. 3º É de responsabilidade do proprietário e/ou do permissionário a aprovação de acesso junto ao órgão responsável para o caso de estação com testada e acesso pelas rodovias federais.

Art. 4º O autor do projeto e o responsável técnico responderão pela segurança da obra conforme a boa prática construtiva e as normas técnicas pertinentes que garantam a estabilidade e solidez da estação, de acordo com as normas da ABNT.

Art. 5º O autor do projeto e/ou responsável técnico da obra, de acordo com aquilo que lhe couber, deverá apresentar informações sobre a área a ser ocupada pela estação, especialmente quanto a restrições ambientais, ficando sujeito às penalidades legais, para o caso de omissão ou incorreção das informações prestadas.

Art. 6º A planta de implantação de que trata o inciso I do art. 2º deste decreto deverá ser devidamente cotada e conter, no mínimo:

I - indicações das escalas dos desenhos;

II - recuo frontal, quando instalada em imóvel com testada para via pública oficial do Município;

III - afastamentos laterais e de fundos da edificação, quando se tratar de imóvel situado no perímetro urbano da Sede do Município;

IV - projeção e contornos da estação no lote, devidamente cotados;

V - cotas de níveis da área ocupada pela estação, incluindo as divisas;

VI - amarração com a via municipal mais próxima;

VII - coordenadas do centro geométrico da estação no sistema UTM – Universal Transversa de Mercator, no Sistema Geodésico de Referência Brasileiro – SIRGAS 2000;

VIII - indicação do norte;

IX - escala 1:100 ou adequada de acordo com o porte da estação;

X - legenda com largura máxima de 17,8 cm (dezessete centímetros e oito milímetros), localizada no canto inferior direito, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) nome do proprietário ou possuidor legal e seu respectivo CPF, no caso de pessoa física, ou CNPJ, no caso de pessoa jurídica;

b) nome do autor do projeto da estação, título profissional e número do registro no respectivo conselho de classe;

c) nome do responsável técnico pela instalação da estação, título profissional e número do registro no respectivo conselho de classe;

d) nome da empresa construtora, quando houver, e respectivo CNPJ;

e) número da prancha e referência (planta, corte, implantação e outros);

f) espaço destinado ao Município e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações, situado acima da legenda, com igual largura e altura mínima de 6,0 cm (seis centímetros);

g) data.

Art. 7º Todas as vias de peças gráficas e de memorial descritivo deverão trazer campo para as seguintes assinaturas:

I - do proprietário ou possuidor legal do imóvel onde vai ser instalada a estação;

II - do responsável técnico pela autoria do projeto;

III - do responsável técnico pela instalação da estação.

Art. 8º A estação somente poderá ser instalada após emissão do respectivo alvará de autorização, assim como da concessão de licença pelos órgãos competentes, quando necessária.

Art. 9º Resguardadas as disposições previstas no Código de Obras e Edificações do Município, as estações de que tratam este decreto poderão ter acesso tanto por logradouros públicos oficiais quanto por servidões, as quais deverão ser identificadas e reconhecidas por seus proprietários como tais e ter acesso final a logradouro público oficial.

Parágrafo único. As estações acessadas através de servidões de passagem, tanto na zona urbana quanto na rural, precisarão ter um endereço fiscal válido.

Art. 10 A análise de projetos de estação considerará relevantes os seguintes parâmetros urbanísticos estabelecidos pela legislação vigente:

I - zoneamento;

II - altura;

III - afastamento das divisas laterais e de fundos, quando a estação estiver na zona urbana da Sede do Município;

IV - recuo frontal, quando instalada em imóvel com testada para via pública oficial do Município.

Art. 11 A análise de projetos de estação se restringirá ao equipamento em si e suas estruturas auxiliares, sem haver necessidade de representação e regularização de outras edificações porventura existentes no mesmo imóvel.

Art. 12 Não será permitida a instalação de estações de que trata este decreto em imóveis submetidos ao regime de preservação do patrimônio material edificado do Município.

Art. 13 A emissão do alvará de autorização que trata este decreto suprirá a necessidade de Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras.

Art. 14 O alvará de autorização terá numeração própria e deverá conter a assinatura do chefe de divisão de licenciamento de edificações, do diretor do departamento responsável pela sua análise e do secretário de urbanismo.

Art. 15 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de São José dos Pinhais, 24 de janeiro de 2022.

Margarida Maria Singer
Nina Singer
Prefeita Municipal

Lucas Grubba Pigatto
Secretário Municipal de Urbanismo